

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.041 - AM (2019/0319377-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
ADVOGADOS : KONSTANTINOS JEAN ANDREOPOULOS - SP131758
RAFAEL BARROSO FONTELLES - RJ119910
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI E OUTRO(S) - PE021678
RENATA ALVES PEIXOTO - RJ161550
NATHÁLIA PORTO FRÓES KASTRUP - RJ155144
RECORRIDO : R M LOPES COMUNICACOES EIRELI
OUTRO NOME : L R COMUNICAÇÕES LTDA ME
ADVOGADO : ULYSSES FARIAS DE MAGALHÃES NETO - AM007166
INTERES. : EVER ELETRIC APPLIANCES INDUSTRIA E COMERCIO DE VEICULOS LTDA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. DISSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO USADO. FINANCIAMENTO POR INSTITUIÇÃO DE CRÉDITO. NEGÓCIOS JURÍDICOS DISTINTOS E INDEPENDENTES. NULIDADE DO PRIMEIRO. MANUTENÇÃO DO FINANCIAMENTO.

1. Ação de reparação de danos, decorrente de contratos de compra e venda de veículo usado e de financiamento por instituição de crédito.
2. São distintos e independentes os contratos de compra e venda de bem de consumo e de financiamento, perante instituição financeira, não havendo acessoriedade entre eles.
4. Eventual rescisão da compra e venda não afeta o contrato de financiamento, salvo na hipótese em que a instituição financeira seja vinculada diretamente à revenda de veículos, o que não se configura na hipótese. Precedentes do STJ.
5. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 13/06/2019.

Concluso ao gabinete em: 29/10/2019.

Ação: de reparação de danos, ajuizada por L R COMUNICAÇÕES

LTDA ME (R M LOPES COMUNICACOES EIRELI), em face do recorrente e de Ever Eletric Appliances Indústria e Comércio LTDA e Ever Eletric Appliances Industria e Comercio De Veiculos LTDA, na qual alega que adquiriu um veículo das corrés, mediante financiamento obtido junto ao recorrente, contendo problemas mecânicos que não foram solucionados.

Sentença: julgou parcialmente procedente os pedidos deduzidos para rescindir o contrato de compra e venda do veículo objeto da lide, bem como o respectivo contrato de financiamento, condenando as Requeridas solidariamente a devolver o valor de R\$ 41,513,36 (quarenta e um mil, quinhentos e treze reais e trinta e seis centavos), com correção monetária do ajuizamento (16.01.15) e juros de mora da última citação havida (20.03.15).

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo recorrente, nos termos da ementa a seguir:

EMENTA. APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. RESCISÃO CONTRATUAL. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA E FINANCIAMENTO. VÍCIOS NO CAMINHÃO SEMINOVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA FINANCEIRA REJEITADA. CONTRATOS CONEXOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA NA DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1.Observa-se, *in casu*, a existência de duas relações jurídicas, embora independentes, estão interligadas. É incontroverso aos autos o vício do caminhão adquirido pela empresa Apelada, o que gerou a rescisão do contrato de compra e venda, repercutindo, indubitavelmente, no contrato de financiamento por alienação fiduciária.

2.Desta forma, o agente financeiro Apelante assume os riscos inerentes à prestação do serviço por integrar a cadeia de consumo, o que faz surgir a responsabilidade solidária na forma do artigo 7º, parágrafo único do CDC, pois, ao promover o financiamento, facilita a celebração da compra do bem, com o fim de obter lucro, restando indene de dúvidas a sua atuação coordenada com a com a concessionária de veículos e responsabilidade na devolução dos valores pagos.

3.Recurso parcialmente conhecido e não provido. (e-STJ, fls. 284)

Recurso especial: alega violação dos arts. 3º, 7º, parágrafo único, 14, § 3º, II, e 18 do CDC, bem como dissídio jurisprudencial. Assevera ser parte

ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, vez que apenas realizou o financiamento do valor para a compra do veículo, não sendo possível ser responsabilizado pelos problemas apresentados pelo bem.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- *Julgamento: aplicação do CPC/15.*

- *Da independência entre os contratos de compra e venda de bem de consumo e de financiamento*

O TJ/AM, ao decidir sobre a responsabilidade do recorrente, assim asseverou:

“Em outras palavras, os contratos são coligados, tanto é que a instituição financeira repassa o valor líquido do crédito financiado ao vendedor do bem, desse modo, a rescisão do contrato de compra e venda por vício no bem contamina a avença de financiamento, estando ambos responsáveis perante o consumidor, presumidamente vulnerável, nos termos dos artigos 12 e 18 da lei consumerista.

(...)

Desta forma, o agente financeiro Apelante assume os riscos inerentes à prestação do serviço por integrar a cadeia de consumo, o que faz surgir a responsabilidade solidária na forma do artigo 7º, parágrafo único do CDC, pois, ao promover o financiamento, facilita a celebração da compra do bem, com o fim de obter lucro, restando indene de dúvidas a sua atuação coordenada com a com a concessionária de veículos e responsabilidade na devolução dos valores pagos.” (e-STJ, fls. 289/291).

Dessa forma, o TJ/AM, ao decidir que a rescisão do contrato de compra e venda do veículo repercute no contrato de financiamento, por se tratar o financiamento de contrato acessório, contrariou o entendimento do STJ no sentido de que "são distintos e independentes os contratos de compra e venda de bem de consumo e de financiamento, perante instituição financeira, não havendo acessoriedade entre eles". Precedentes: AgRg no AgRg no AREsp 743054/RJ, 3ª Turma, DJe 23/08/2018; AgInt no REsp 1519556/SP, 3ª Turma, DJe 25/11/2016; REsp 1379839/SP, 3ª Turma, DJe 15/12/2014; e AgInt nos EDcl no REsp

1292147/SP, 4ª Turma, DJe 02/06/2017. Logo, o acórdão recorrido merece reforma. Incide, na hipótese, a Súmula 568 do STJ.

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, V, “a”, do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para declarar a ilegitimidade passiva do recorrente, mantendo válido o contrato de financiamento celebrado entre o recorrente e o recorrido. Fixo os honorários em 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora